



## MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Secretaria-Executiva - SEXEC

Departamento de Fundos e Investimentos - DFIN

### ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR DO FNDCT - CD/FNDCT EXERCÍCIO DE 2023

**Pauta:** 1. Abertura da Ministra Luciana Santos; 2. Discussão e aprovação dos Termos de Referência dos Programas de Investimentos do FNDCT; 3. Apresentação do Modelo de Avaliação Global do FNDCT – MAG; 4. Assuntos Gerais.

**Participantes:** Luciana Barbosa de Oliveira Santos, Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, Presidente do Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CD/FNDCT; Luis Manuel Rebelo Fernandes, Secretário-Executivo do MCTI; **membros conselheiros:** Celso Pansera, Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos – Finep, titular; Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho, da Finep, suplente; Ricardo Galvão, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, titular; Rodrigo Lamego de Teixeira Soares, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal - CAPES, suplente; Uallace Moreira Lima, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviço – MDIC, titular; Leany Barreiro de Sousa Lemos, do Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO, titular; Brigadeiro do Ar Antonio Ferreira de Lima Júnior, do Ministério da Defesa – MD, suplente (Virtual); Rafael Ramalho Dubeux, do Ministério da Fazenda, titular; Carina Vitral Costa, do Ministério da Fazenda, suplente (Virtual); João Paulo Pieroni, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, suplente (Virtual); Aldo José Gorgatti Zarbin, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, titular; Ildeu de Castro Moreira, da SBPC, suplente; Anderson Stevens Leonidas Gomes, da SBPC, titular; Jailson Bittencourt de Andrade, da Academia Brasileira de Ciência - ABC, suplente (Virtual); Idenilza Miranda, da Confederação Nacional da Indústria – CNI, suplente; Daniel Moczydlower, da CNI, titular; Débora Mendes Carvalho, da CNI, suplente; **convidados:** **pela Finep:** Fernando Peregrino, Chefe de Gabinete da Presidência; Janaina Prevot, Diretora de Administração; Elias Ramos, Diretor de Inovação; Hudney Antunes de Jesus, Superintendente de Finanças; Marcio Stefanini de Moraes, Diretor Financeiro; Julieta Paineira, Assessora da Presidência; Fernanda Stiebler, Assessora da Diretoria de Inovação; Marcia Ribeiro, Analista; Marcio Girão, Superintendente da Área de Planejamento (Virtual); **pelo CNI:** Jefferson Gomes, Diretor de Inovação; **pelo MCTI:** Marcia Cristina Bernardes Barbosa, Secretária de Políticas e Programas Estratégicos – SEPPE; Sônia da Costa, Diretora do DEPTS, da Secretaria de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social – SEDES; Hamilton José Mendes, Diretor do DEINC, da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Transferência – SETAD; Guilherme Calheiros, Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – SETEC; Leopoldo Gomes Muraro, Consultor Jurídico - CONJUR; Rubens Diniz Tavares, Chefe de Gabinete da Ministra de Estado; Maria Luíza Rangel, Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva; Raphael Padula, Diretor do Departamento de Fundos e Investimentos - DFIN; Giordano Almeida de Azevedo, Coordenador-Geral de Governança de Fundos – DFIN/CGGF; Tatiana De Pino Albuquerque Maranhão, Analista em C&T - DFIN/CGGF; Marcia de Souza Godoi Alves, Assistente Técnica - DFIN/CGGF.

#### 1. Abertura

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de outubro de 2023, às 14h, em reunião presencial na Sala dos Conselhos, no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Bloco E, 5º andar, e por meio de videoconferência, acessada pelo link: <https://conferenciaweb.rnp.br/mcti/mcti-cggf>, foi iniciada a 2ª Reunião Ordinária do CD/FNDCT. O Secretário-Executivo, Sr. Luis Fernandes, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos. A Ministra agradeceu o empenho, disponibilidade e pelo relevante trabalho desempenhado pelas instâncias colegiadas e operacionais do FNDCT reforçou a importância da Ciência para o país.

#### 2. Discussão e aprovação dos Termos de Referência dos Programas de Investimentos do FNDCT

O Sr. Luis Fernandes fez um balanço de todo o processo de elaboração dos Termos de Referência relacionados aos Programas Estruturantes aprovados no PAI 2023-2025, desde a recomposição das instâncias colegiadas bem como as respectivas reuniões deliberativas. Ressaltou quão positiva foi a convergência de opiniões dos variados atores envolvidos, que resultou tanto na aprovação da alocação de recursos para os Planos Anuais de Investimentos Reembolsável e Não Reembolsável, como na construção dos Termos de Referência dos Programas Estruturantes. Registrou que após a aprovação dos TRs, o próximo passo será o detalhamento operacional das iniciativas e das ações, formalizado por meio de anexos. Explicou que esse detalhamento será um trabalho conjunto entre as instâncias de governança do Fundo e demais parceiros (academia, governo e setor empresarial), em torno das linhas de atuação, com a especificação de metas, indicadores e resultados esperados. Por fim, registrou que houve atraso no cronograma de elaboração de dois TRs por questões de governança: O Termo de Referência do Programa 4, “Programa de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia”, em função da mudanças estruturais: no Ministério, com a chegada da Subsecretária da Amazônia do MCTI, e no Comitê Gestor da Amazônia – CT-AMAZÔNIA, com a mudança na composição do colegiado por parte do MDIC; e o Termo de Referência do Programa 9, “Programa de Autonomia Tecnológica na Área de Defesa”, por conta da existência um decreto presidencial que veda a recomposição ou a criação de comissões e grupos interministeriais, afetando diretamente a comissão interministerial criada anteriormente entre o Ministério da Defesa e o MCTI, que atuaria na elaboração conjunta do referido TR. Outro ponto abordado foi quanto a proposta de escalonamento dos recursos reembolsáveis e não reembolsáveis Informou que, apesar do encaminhamento da proposta de 65/35 entre não reembolsáveis e reembolsáveis acordada na reunião anterior, a Junta de Execução Orçamentária optou por manter a divisão de recursos do FNDCT em 50/50, posição encaminhada ao Congresso Nacional. Na sequência, passou a apresentar os Termos de Referência, um a um, indicando pontualmente a incorporação das sugestões realizadas pelos variados atores envolvidos. Informou que o Programa Pro-Infra e alguns projetos (Conexão Digital por meio das Infovias da RNP, Reator Nuclear RMB, Projeto Sirius Fase 2, Laboratório Nacional de Biossegurança Máxima NB4, e Expansão das Capacidades do CEMADEN) haviam sido recepcionados pelo Programa de Aceleração ao Crescimento – Novo PAC, o que garantiu visibilidade e sustentação política dos respectivos. Anexo 1 – TRs com sugestões destacadas - doc. Sei nº 11473280.

**Comentários, dúvidas e sugestões:**

1. O Sr. Ildeu Moreira questionou a origem dos recursos relativos ao aporte emergencial no programa Pró-Infra.

O Sr. Luis Fernandes respondeu que o recurso deverá ser remanejado visando um aporte inicial imediato. Explicou que, em relação ao item 6 - "Cooperação Internacional", a alocação será detalhada em anexo específico, a ser construído conjuntamente entre a Finep e o CNPq, contando com as parcerias da CAPES e das FAPs.

2. O Sr. Daniel Moczydlower perguntou se a linha de ação do item 4, "Apoio à constituição e operação de Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia - INCTs", se referia ao programa estabelecido em anos anteriores.

O Sr. Ricardo Galvão respondeu que sim, que se trata de aporte orçamentário do CNPq para o edital de 2014 cuja vigência deveria estar encerrada. Explicou que houve prorrogação para 2024 a fim de que alguns projetos outrora prejudicados no período da pandemia da COVID19 fossem concluídos, e, por isso, a necessidade dessa previsão de alocação de recursos para a conclusão. Além disso, informou a existência de uma chamada do exercício de 2022, com 58 INCTs já aprovados, pendente de aporte de recursos.

O Sr. Luis Fernandes esclareceu que, em função de ser um ano de transição, optou-se em avançar na execução de chamadas já aprovadas, alinhadas com os Programas Estruturantes, para que o orçamento do FNDCT fosse executado em sua totalidade no exercício de 2023. Registrou que o objetivo da linha de ação para os INCTs é o de garantir a continuidade do programa e afirmou que os que estão vigentes serão avaliados e terão que competir novamente em um futuro edital.

3. O Sr. Anderson ressaltou a necessidade de um olhar diferenciado para os INCTs devido a relevância de sua atividade para a ciência.

O Sr. Luis Fernandes reconhecendo que os INCTs são o núcleo central do sistema de ciência e tecnologia e afirmou que construção do edital assim como a estruturação de um sistema de avaliação será fundamental. Para que isso aconteça, reafirmou contar com a participação da comunidade científica/acadêmica na definição dos temas que deverão ser indicados na seleção dos novos INCTs.

O Sr. Ricardo Galvão informou que tem a intensão de colocar a questão dos INCTs em discussão na próxima Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia. Informou que deseja lançar a ideia de se formular uma lei, tendo como óbvio a oitiva da comunidade científica. Informou que a proposta inicial é a de que decorridos 5 anos de funcionamento, deveria haver uma avaliação e, por consequência, um levantamento que viabilizasse uma tomada de decisão: quais seriam fechadas e quais se transformariam em institutos permanentes. Salientou a situação emergencial dos parques científicos brasileiros atuais.

4. O Sr. Daniel Moczydlower sugeriu que houvesse investimentos além dos disponibilizados pelo FNDCT, advindos de outras Fontes de recursos, no sentido de ajudar a manter a infraestrutura operando posteriormente.

5. O Sr. Ildeu Moreira comentou que é fundamental que recursos do FNDCT garantam a pesquisa em áreas como a da ciência básica, sobretudo nas áreas avançadas tipo INCTs, sendo essa uma das razões da existência do Fundo. Registrou uma preocupação quanto ao suporte orçamentário oriundo de empresas, por entender que iniciativas laboratoriais devem poupar a ciência básica em si mesma, reforçando a necessidade da integração, mas sem vinculação direta com questão da indústria.

6. O Sr. Jailson Andrade concordou que os INCTs atuais precisam ser avaliados e questionou o que acontecerá com os que não tiverem avaliação favorável.

O Sr. Luis Fernandes respondeu que esse é o nível de tratamento para iniciativas referentes aos INCTs que será feito no detalhamento do anexo.

7. O Sr. Rodrigo Lamego reforçou ser fundamental a manutenção dos parques científicos, particularmente os das Universidades Federais, em razão da difícil situação atual. Registrou a necessidade da construção de uma linha de ação de longo prazo.

8. O Sr. Daniel Moczydlower reforçou que a CNI está à disposição para contribuir no detalhamento dos TRs, principalmente no do Programa Mais Inovação. Registrou o risco da fase do detalhamento quanto à distribuição de recursos, resultados esperados, metas e indicadores, para que não haja a pulverização dos recursos. Apontou que o recurso alocado para a Embrapii não está explicitamente colocado e demonstrou uma preocupação quanto a isso.

O Sr. Luis Fernandes acolheu integralmente as observações e disse que conta com a participação da MEI/CNI. Respondeu que o *template* para os anexos já previa as dimensões indicadas pelo Sr. Daniel Moczydlower. Quanto à Embrapii, informou que há indicação de ampliação do seu papel para além do sistêmico.

9. O Sr. Rafael Dubeux parabenizou o trabalho realizado e destacou que a preocupação inicial era o alinhamento das missões do CNDI com as ações estabelecidas pelo FNDCT. Reconheceu que existe uma parte vital para a ciência, mas considerou determinante sua integração com o setor produtivo, de modo que estejam alinhados a um plano de transformação ecológica na qual o governo vem trabalhando, coordenado pelo Ministro Fernando Haddad.

O Sr. Luis Fernandes agradeceu a parceria e a construção conjunta.

10. O Sr. Ricardo Galvão sugeriu que houvesse uma articulação com o MEC de modo a garantir emprego aos pesquisadores bolsistas em razão do Programa "Repatriação de Talentos". Questionou sobre a possibilidade de realização de concursos para fixação desse pessoal.

O Sr. Luis Fernandes respondeu que já há uma discussão sobre o tema e que essa tratativa deverá constar no anexo. Afirmou que há uma negociação com as secretarias de ciência e tecnologia de modo a estabelecer compromisso de bolsas com instituições parceiras.

*11. O Sr. Daniel Moczydlower pontuou a questão do curto prazo proposto no PAI. Considerou que o horizonte de 3 anos é um prazo muito curto para convencer um pesquisador a fixar residência no país. Desse modo, propôs um alinhamento das bolsas de modo a atrair esses talentos para áreas prioritárias nacionais, atuando em pesquisa de vanguarda, afirmando ser essa a forma mais viável de fixação da permanência deles no Brasil.*

O Sr. Ricardo Galvão respondeu que o objetivo do programa não se resume a apenas atrair cérebros, inclui a colaboração de pesquisadores fixados no exterior. Afirmou que o interesse é importar o conhecimento e não necessariamente as pessoas.

O Sr. Luis Fernandes respondeu que se trata de um programa emergencial de repatriação, o que inclui tratar o pesquisador brasileiro radicado fora do país como um ativo nacional, de modo que ele possa estruturar e alimentar redes de pesquisa apoiando a geração de conhecimento brasileiro.

*12. O Sr. Ildeu Moreira reforçou a necessidade de avaliação do programa de Repatriação de Talentos, além da preocupação com a questão de absorção de doutores tanto na indústria como em instituições de pesquisa no país. Afirmou que o número de doutores por habitante no Brasil é baixo, reforçando a necessidade de ampliar as oportunidades de desenvolvimento do capital humano nacional.*

*13. A Sra. Leany agradeceu a oportunidade de contribuir no Programa “Política com Ciência” e afirmou que a incorporação da dimensão do diagnóstico possibilitará a ampliação consciente do projeto. Registrou a existência de dificuldade de incorporação do conhecimento já produzido e questionou sobre a forma de incorporar e traduzir essa dificuldade para dentro da política pública. Ressaltou que embora o diagnóstico seja um processo, ele ajudará na formulação do resultado final, uma vez que, muitas vezes, não é a geração de novos conhecimentos que precisam ser incorporados e sim os conhecimentos gerados.*

*14. O Sr. Ildeu Moreira sugeriu que 1% dos recursos do Programa “Política com Ciência” fosse alocado para iniciativas de popularização da ciência uma vez que a academia entende que o conhecimento científico é fundamental e precisa ser disseminado de modo a combater o negacionismo. Considerou que a presença da ciência na formulação de políticas públicas estaduais, municipais e da própria política nacional é frágil há tempos, o que vai de encontro com a relevância da temática da soberania nacional. Reforçou a necessidade de defesa política da ciência brasileira.*

O Sr. Luis Fernandes respondeu que considera o esforço correto e adequado, e disse que o programa valoriza a ciência na medida em que incorpora conhecimento científico à política pública. Afirmou que entende o FNDCT como um fundo com fontes de arrecadação e destinação específicas. Defendeu que sempre que o Fundo atua como substitutivo de ações orçamentárias regulares do Ministério (MCTI) facilita a política a ser beneficiada, mas afirmou que essa conduta enfraquece o orçamento da área de ciência e tecnologia. Sugeriu que se aprovasse o TR nos termos propostos e a questão específica da popularização da ciência fosse revisitada pelo CD/FNDCT em 2024. Pontuou que seria importante concebê-la como um programa que não se confundisse com as ações orçamentárias regulares de governo.

*15. O Sr. Daniel Moczydlower sugeriu que palavra emergencial fosse incorporada no programa de “Apoio à recuperação e preservação de acervos científicos, históricos, culturais, nacionais, Identidade Brasil” para viabilizar situações em casos específicos.*

*16. O Sr. Rodrigo Lamego sugeriu um link entre o “Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação para Segurança Alimentar e Erradicação da Fome” com a merenda escolar do MEC, em razão de haver tecnologia que agregue a agricultura familiar para a captação de alimentos.*

A Sra. Sônia da Costa respondeu que esse link já estava abarcado nos grandes programas de governo como: Mais Alimentos; Brasil sem fome; Agroecologia; Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE; além da previsão do programa Cozinha Comunitária. Mas afirmou que a temática poderá ser mais detalhada no anexo do programa.

Ao final da apresentação, sanadas as dúvidas e incorporadas as sugestões, os conselheiros aprovaram todos os programas, um a um, por unanimidade.

### **3. Apresentação do Modelo de Avaliação Global do FNDCT – MAG**

A Sra. Marcia Ribeiro passou a apresentar o modelo a partir de uma linha do tempo iniciada em 2007, com o advento da Lei Federal nº 11.540 que previa a avaliação de resultados do FNDCT. Pontuou que em 2013, o acórdão TCU Nº 3.440 determinou que fosse implementado um sistema de avaliação global e, desde então, a Finep, enquanto Secretaria-Executiva do FNDCT e o Ministério tem trabalhado para a implementação desse modelo. Ao final da apresentação, disponibilizou os dados em tabelas para acompanhamento dos membros do Conselho Diretor conforme Anexo 2 (Tabelas MAG - doc. sei nº 11627135), Anexo 3 (Apresentação MAG - doc. Sei nº 11473250).

O Sr. Luis Fernandes agradeceu a intensa participação de todos e encerrou a reunião.



Documento assinado eletronicamente por **Luis Manuel Rebelo Fernandes, Secretário-Executivo**, em 27/12/2023, às 19:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **11617667** e o código CRC **94F9521D**.